



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO DO BALNEÁRIO PINHAL

MOÇÃO Nº 003/2017, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

**“Moção de apoio a Não Privatização do
Banco do Estado do Rio Grande do Sul -
BANRISUL.”**

Exmo. Sr. Presidente,
Leandro Luis Lauer

Os Vereadores signatários, nos termos do Regimento Interno, vêm respeitosamente, apresentar a presente Moção para que, após aprovada pelo Plenário desta Casa Legislativa, seja encaminhada a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

JUSTIFICATIVA

Conforme Regime de Recuperação Fiscal, proposto pela União, o Estado em recuperação **deve adotar programa de desestatização** e novas regras previdenciárias, promover reforma de contratos da administração pública, rever incentivos tributários e aumentar a contribuição previdenciária de servidores, entre outras medidas. É possível, também, reduzir a jornada de trabalho dos servidores, com redução proporcional de salários.

O regime durará até três anos (prazo que pode ser prorrogado uma vez, pela mesma duração). Durante esse período, o pagamento de dívidas do Estado em recuperação com a União ficará suspenso. No entanto, elas podem ser amortizadas através da transferência de bens, direitos e participações acionárias do estado para a União, que os venderá. (fonte: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/14/senado-aprova-programa-de-recuperacao-fiscal-para-estados>)

No caso do Rio Grande do Sul, uma das exigências do Governo Federal é de que o Estado venda o Banrisul, instituição financeira criada em 12 de dezembro de 1928, cujo lucro líquido no ano de 2016 foi de R\$ 659,7 milhões. (Fonte: <file:///C:/Users/C%C3%A2mara/Downloads/4T16%20Documento%20Completo%20site.pdf>).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER LEGISLATIVO DO BALNEÁRIO PINHAL**


O Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Senhor Giovani Feltes, afirma que, com a adesão ao regime proposto pelo governo federal, o Rio Grande do Sul deixaria de pagar as parcelas da dívida com a União, que aliviaria a situação financeira do Estado. “Isso nos aliviaria até o final do ano que vem, algo que chega próximo a R\$ 4 bilhões”.

Como se pode observar o Banco do Estado é uma das maiores fontes de receita do Estado, senão a maior, sendo que o Estado detém 51% de suas ações.


Com a privatização do Bannrisul, o Estado poderia cobrir por um ano a folha de pagamento do funcionalismo, mas e depois? O que vai acontecer com as finanças do Estado quando não tiver mais sua principal fonte de lucro?

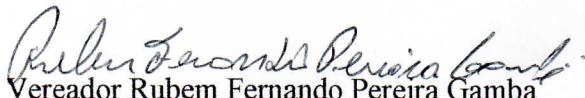
Diante do exposto, o Poder Legislativo de Balneário Pinhal manifesta seu apoio a não privatização do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.


Balneário Pinhal, 23 de março de 2017.



Vereador Leandro Luis Lauer
Bancada PTB

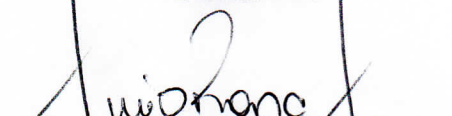
Vereador Aldo Menegheti de Freitas Ferreira
Bancada PP

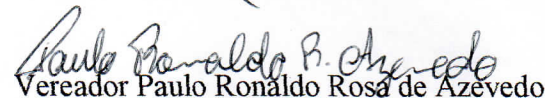

Vereador Alirton Bertoncine
Bancada PTB



Vereador Rubem Fernando Pereira Gamba
Bancada PSB


Vereador Geilson Pires dos Santos
Bancada PTB


Vereador Luiz Cezar Danelli Furini
Bancada PMDB


Vereador Luis Carlos Rosa Lopes
Bancada PMDB


Vereador Paulo Ronaldo Rosa de Azevedo
Bancada PMDB


Vereador Alberto Nunes Pinto
Bancada PT